

RESIDÊNCIA JOVEM NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: PRODUZINDO CONHECIMENTO E DISPUTANDO O TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO

Ana Lúcia Laurenti e Danielson Soares de Lima

Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de História
ana.laurenti.pb@hotmail.com

Resumo do artigo: Na região do semiárido paraibano a economia gira a partir do setor primário, setor público e aposentadoria rural, pois praticamente não há indústrias ou serviços especializados. Ao longo de nossa história, por todo o país, os processos educacionais e as práticas agropecuárias não se desenvolveram levando em conta as condições específicas de clima, solo, fauna e flora do Semiárido e sua população sofre historicamente imposição educacional aliada à ideologia capitalista do setor produtivo agropecuário, que se desenvolvem alheios às especificidades e necessidades e aos habitantes dessa região. O sistema educativo vigente, que tem abordagem e conteúdos de referências preponderantemente urbanos, desconsidera a realidade camponesa do educando em uma espécie de colonização mental que, ainda imaturo, pode levá-lo à desconexão com sua identidade e ao desprezo por sua origem. O Projeto Formação sociohistórica de jovens camponeses para inovação tecnológica no Semiárido Paraibano foi estruturado como um curso Pós-médio para jovens oriundos de assentamentos da Reforma Agrária, de áreas tradicionais e da agricultura familiar na Paraíba, para, compreendendo a dinâmica histórica da sociedade brasileira, no geral, e do Semiárido paraibano, em particular, se habilitarem a desenvolver técnicas e tecnologias inovadoras, sob os princípios da Agroecologia para convivência sustentável no território Semiárido da Paraíba. Com o decorrer do projeto, temos observado repercussão importante no sentido de transformações nas vidas desses jovens e de suas comunidades. Já foram formados 30 jovens e mais 28 estão em formação.

Palavras chave: Educação, juventude camponesa, território.

INTRODUÇÃO

O Semiárido no estado da Paraíba abrange 86,20% de seu território, onde, em 2010, vivia 55% de sua população, representando 2.092.400 habitantes (Censo Demográfico do IBGE – 2010), distribuídos em mais de 76% de seus municípios, ou seja, 170 de um total de 223 municípios (MEDEIROS, 2012).

Na região do semiárido paraibano a economia gira a partir do setor primário, setor público e aposentadoria rural, pois praticamente não há indústrias ou serviços especializados. Nesse contexto, observa-se que a cultura camponesa enraizada entre os habitantes é evidente, mesmo entre os moradores da área urbana desses municípios.

Ao longo de nossa história, por todo o país, os processos educacionais e as práticas agropecuárias não se desenvolveram levando em conta as condições específicas de clima, solo, fauna e flora do Semiárido e sua população sofre historicamente imposição educacional aliada à ideologia capitalista do setor produtivo agropecuário, que se desenvolveram alheios às especificidades e necessidades e aos habitantes dessa região.

Esse fato se reflete nos baixos índices educacionais, como se pode observar no IDEB de 2013 e 2015 para os 8º e 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas, que não atingiram as metas previstas para esses anos (INEP, 2013 e 2015) e na constatação de que o sistema educacional, que deveria ajudar a inserir o educando no processo sócio produtivo no qual ele vive, acaba por acentuar a exclusão do educando de direitos fundamentais como o acesso e permanência a uma educação de qualidade e que, por ser descontextualizada de sua realidade, ainda contribui para transformá-lo em alguém avesso a seu próprio ambiente, a sua própria sociedade.

O sistema educativo vigente, que tem abordagem e conteúdos de referências preponderantemente urbanos, desconsidera a realidade camponesa do educando em uma espécie de colonização mental que, ainda imaturo, pode levá-lo à desconexão com sua identidade e ao desprezo por sua origem. Mesmo a proposta da denominada Educação Rural não trabalha adequadamente o contexto do campo, pois desconhece ou despreza suas especificidades, suas características organizacionais e/ou culturais.

Para contrapor o sistema educativo vigente, os movimentos sociais entraram na disputa do território da educação e, desde a década de 1990, vêm acumulando conquistas e experiências na chamada Educação do Campo. Uma dessas conquistas é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que contempla, em todos os níveis da educação formal e também a educação informal, ações educativas que têm em sua concepção a identidade camponesa e a centralidade do trabalho produtivo enquanto produtor de vida, contrapondo o trabalho alienado e expropriado (FRIGOTTO, 2015).

O projeto de extensão Formação sociohistórica de jovens camponeses para inovação tecnológica no Semiárido Paraibano se realiza a partir de proposta apresentada pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB para a Chamada CNPq n.19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural, com recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/INCRA e Secretaria Nacional de Juventude-SNJ e operacionalizado pelo CNPq.

A Chamada teve o objetivo de apoiar financeiramente projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora de jovens entre 15 e 29 anos, residentes em áreas rurais, realizados por universidades públicas brasileiras. As ações dos projetos selecionados têm sido conhecidas como Residência Jovem.

O Projeto é realizado em parceria entre a UFPB, o Instituto Nacional do Semiárido – INSA, a Via Campesina e a ASPTA. Está estruturado como um curso Pós-médio para jovens oriundos de assentamentos da Reforma Agrária, de áreas tradicionais e da agricultura familiar na Paraíba, na direção de formá-los para, compreendendo a dinâmica histórica da sociedade brasileira, no geral, e do Semiárido paraibano, em particular, se habilitarem a desenvolver técnicas e tecnologias inovadoras, sob os princípios da Agroecologia para convivência sustentável no Semiárido Paraibano. Sua execução teve início no mês de fevereiro de 2015, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira/MST-PB, localizado no município de Lagoa Seca, com previsão de término em dezembro de 2016.

Na primeira turma foram formados 30 jovens e mais 28 estão em formação na segunda turma. O curso persegue caminhos educativos diferentes dos sistemas de educação. Fundamenta-se nos princípios da Educação do Campo, com outros olhares para essa juventude que tem potencialidades, que podem ampliar suas possibilidades e buscarem novas perspectivas.

METODOLOGIA

(83) 3322.3222
contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

A formação do curso busca proporcionar uma leitura crítica e contextualizada da realidade sociohistórica do Semiárido, sob os preceitos da Educação do Campo. São realizadas aulas teóricas e práticas de vivências interativas entre docentes, educandos e produtores em todo o processo de formação teórico-empírica. Estimula-se pelo processo de ensino-aprendizagem campesino a campesino, por meio do intercâmbio de experiências e práticas entre agricultores experimentadores.

O Curso atua na produção de conhecimentos novos ou revisitados que permitem a esses jovens a introdução de práticas, métodos e tecnologias de convivência com o Semiárido e que contribuem na reversão do processo de desertificação acelerado. O jovem formado no curso Pós-médio, ao final do mesmo deverá estar apto ao exercício autônomo de algumas atividades e também para proporcionar orientações técnica, social e ambiental aos assentamentos e à agricultura familiar, assim como, desenvolver práticas produtivas no campo utilizando apropriadamente tecnologias de convivência no Semiárido.

A intencionalidade do curso é proporcionar uma educação voltada para a valorização do espaço do campo como um espaço de vida, antagônico ao espaço apenas de reprodução do capital. Nessa direção procura-se produzir o conhecimento de forma coletiva, criativa e crítica, a partir de um fazer científico, em permanente diálogo com os saberes populares, que produza um conhecimento síntese, emancipatório e solidário, apto a desenvolver a vida no campo em harmonia com o meio ambiente em que se vive.

Para viabilizar essa práxis, é utilizado o regime de alternância de tempos e espaços educativos, baseados em elementos da Pedagogia da Alternância, quando o conhecimento teórico dialoga e interage com a realidade objetiva em movimento.

No curso, os estudos teóricos e a prática do Tempo Escola não são apenas em sala de aula; acontecem também entremeados por aulas de campo, propiciando vivências e intercâmbios extensionistas em unidades produtivas que já desenvolvem parte ou muito das tecnologias sociais abordadas.

No Tempo Comunidade, os estudantes aplicam o conhecimento produzido no Tempo Escola em suas comunidades, assim como, absorvem os questionamentos e saberes de seu assentamento/comunidade para, coletivamente, apresentar questionamentos à ciência, à pesquisa, aos estudos teóricos presenciais que, por sua vez, também devem produzir novos questionamentos.

Na Pedagogia da Alternância a ação educativa não está vinculada à mera comunicação dos conhecimentos, atos que exigem somente compreensão e memorização, mas, sobretudo, proporciona a operacionalização de pesquisas e experimentações práticas e considera a experiência do cotidiano a matéria prima para uma aprendizagem dinâmica, contextualizada e interessante. Busca-se a construção do conhecimento a partir do conhecimento empírico do meio rural. (BEGNAMI, s/d)

Durante o Tempo Comunidade são realizadas, presencialmente pela Coordenação Político Pedagógica, avaliações do aprendizado com os jovens educandos nos próprios assentamentos/comunidades em que atuam, como estratégia de acompanhamento do desenvolvimento no Tempo Comunidade.

Os instrumentos pedagógicos utilizados são:

- Caderno didático para anotações de aulas teóricas, práticas e de campo durante o Tempo Escola;
- Caderno de campo onde o educando registra suas atividades do Tempo Comunidade, tanto as orientadas em cada etapa do Tempo Escola, quanto atividades de seu projeto e outras correlatas aos temas trabalhados e/ou pesquisados. O Caderno de Campo é um dos instrumentos de avaliação do processo educativo de cada educando;
- Experiências vividas na família, na comunidade e intercâmbios (registradas no Caderno de Campo e também com fotos e filmagens), orientadas e comprovadas pelas visitas da Coordenação Político Pedagógica nos Tempos Comunidade;
- Projeto de Conclusão de Curso elaborado desde a primeira etapa do Tempo Escola, vai sendo aprimorado enquanto escrita do projeto e implementadas suas ações conforme cronograma;
- Avaliação dos educandos é processual. Os educandos também fazem avaliação do curso, dos educadores, da infraestrutura, dos conteúdos, das atividades e da equipe pedagógica a cada Tempo Escola, subsidiando à Coordenação Político Pedagógica os ajustes necessários.

Os jovens, desde a primeira etapa do curso, são estimulados a conhecer e reconhecer suas realidades, buscando potencialidades, fraquezas e necessidades que subsidiam a elaboração de projetos que devem ser implantados por eles durante o curso, de preferência com a maior participação possível de suas comunidades, multiplicando, assim, os conhecimentos do curso e o impacto das ações.

RESULTADOS ATÉ O MOMENTO

Na primeira turma foram formados 30 jovens de 17 municípios do Semiárido e área de transição. O curso foi realizado em parceria com 5 movimentos e organizações sociais ou sindicais e instituições (MST, MAB, CASACO, COLETIVO, POLO DA BORBOREMA).

As temáticas dos projetos concentraram-se principalmente em produção de alimentos, juventude e comunicação.

Temática do Projeto	Individual*/ Coletivo**	Comunidade – Município onde foi realizado
Horticultura agroecologia para uma alimentação saudável	Coletivo	Assentamento Cabano - Diamante - PB
Como ter alimentação saudável	Coletivo	Melancia - Itatuba - PB
Vidas por vidas no semiárido	Individual	Sítio Serra Alta - Queimadas - PB
Unidade demonstrativa P.A Santa Catarina	Individual	Assentamento Santa Catarina - Monteiro – PB
Produção orgânica de hortaliças para fortalecimentos econômico e social do grupo de jovens do Assentamento Trancheiras do Carnoió	Coletivo	Assentamento Trancheiras do Carnoió - Boqueirão – PB
Reforma Agraria em Comunicação	Coletivo	Assentamento Oziel Pereira I- Remígio – PB
Hortaliças orgânicas	Coletivo	Assentamento Eldorado dos Carajás - Camalaú – PB
Juventude Reflorestando	Coletivo	Assentamento Oziel Pereira II- Remígio – PB
Agricultura com técnicas de irrigação com canteiros através de energia solar	Coletivo	Assentamento Oziel Pereira - Remígio – PB
Jovens que preservam o meio ambiente e trazem qualidade de vida ao campo	Coletivo	Assentamento Pe. Luciano Dias Moraes - Caatingueira – PB
Descobrimo e cultivando conhecimento	Coletivo	Sítio São Felix - Juazeirinho – PB
Juventude em Ação	Individual	Assentamento Cachoeira - São José dos Espinhares – PB

*Individual: realizado por um educando, mas com envolvimento de familiares e comunidade.

** Coletivo: realizado por 2 ou mais educandos, com envolvimento de familiares e comunidade.

O curso estimulou educandos a continuar os estudos e 2 educandos estão fazendo cursos técnicos da UFPB – Campus de Bananeiras. Outros educandos envolveram-se em lideranças de suas comunidades ou grupos de jovens. Estimulamos o intercâmbio e a integração das ações dos educandos da primeira turma com os educandos da segunda turma. Um dos educandos da primeira turma hoje faz parte da Coordenação Político Pedagógica da segunda turma.

Na segunda turma são mais 28 educandos de 19 municípios e está sendo realizada em parceria com 6 movimentos e organizações sociais ou sindicais e instituições (MST, MAB, CASACO, CATEQUESE FAMILIAR, POLO DA BORBOREMA, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS).

DISCUSSÃO

Em geral, o sistema de educação em nosso país historicamente tem se configurado como elemento de disseminação do pensamento hegemônico capitalista, impondo métodos e técnicas e transferindo conhecimentos relativos ao universo urbano e/ou alienados de outras realidades como é o caso do Semiárido Brasileiro. A educação é feita para preparar a classe trabalhadora em geral para o trabalho alienado e sem considerar as especificidades dos diversos segmentos dessa classe, em especial o segmento camponês de trabalhadores. Não se pensa o país com suas diferenças de clima, solo, vegetação, cultura e costumes.

As políticas públicas de educação, o currículo, a metodologia e o calendário escolar desconsidera a diversidade de cada região do país, mesmo que a legislação pertinente apresente essa possibilidade. A escola é planejada para formar dentro de um padrão imposto, único e homogêneo, desconsiderando condições sociais e econômicas e com muitas dificuldades para a construção coletiva, por mais que se mascare de participativa, com a ainda incipiente participação da comunidade escolar em Conselhos e Fóruns de Educação.

A educação oferecida, de abordagem simplificada e unilateral, promove uma visão estereotipada da realidade do país, neste caso especial, do Semiárido Brasileiro. O estereótipo alimentado pela educação, alimenta as formas de organização e produção da sociedade, em especial do campo. Visão que enxerga a terra, o campo e o trabalho apenas como mercadoria e fonte de lucro.

Cada vez mais observamos o avanço da influência empresarial, em especial do agronegócio, inclusive e principalmente nas escolas públicas que se localizam no meio rural ou atendem populações do campo, com cartilhas, cursos, oficinas.

Além das questões política, ideológica e conceitual da escola, observamos também que o acesso à escola não é favorecido à população do campo. Por exemplo, na Paraíba, o Data Escola Brasil (INEP, 2014) apresenta 603 escolas que ofertam Ensino Médio, Ensino Médio Integrado e Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio. Dessas, somente 33 são rurais e, dessas, apenas 2 localizam-se em área de assentamentos. Constata-se, também, a baixa escolaridade nos dados do

IBGE/PNAD 2006, que demonstram uma variação entre 5,7 e 4,2 anos de estudo, para jovens rurais paraibanos com idade entre 15 e 17 anos.

Temos, com tudo que foi exposto, uma situação de exclusão, mas também temos uma população ávida por direitos fundamentais, direitos de existência. Aí dá-se a disputa do território da educação.

Baseando-nos em conceitos de Milton Santos, compreendemos que

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

[...]

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999).

Bernardo Mançano Fernandes também nos ajuda a compreender diferentes formas de território

Temos territórios materiais e imateriais. Os materiais são formados pelo espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro. A construção do território material é resultado da relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como pensamento, teoria e/ou ideologia. (FERNANDES, 2008)

Portanto a educação dos sistemas educacionais e, em consequência, a escola formam um território definido e delimitado por e a partir de relações de poder, um poder que não se restringe ao Estado, mas que se configura como elemento de dominação, alienação e expropriação de identidades.

Desde a década de 1990, os movimentos sociais do campo têm um acumulado lutas, vivências, construções e conquistas com a Educação do Campo para contrapor a educação de base ideológica no pensamento hegemônico capitalista. Dentre as estratégias de resistência da classe camponesa, a educação pode representar um elemento fundamental, em especial a educação para a juventude. Entretanto, Caldart alerta que o conceito tem sido apropriado por diversos grupos, inclusive por representantes do capital

Hoje no Brasil muitos falam em nome da Educação do Campo, nem sempre desde os mesmos fundamentos e objetivos, resultado contraditório de seu percurso real nestas quase duas décadas de existência. É importante notar que embora seja um fenômeno recente na história brasileira, o acúmulo de luta e construção da Educação do Campo já precisa ser considerado para pensar a realidade educacional do campo, em particular da educação pública, principalmente quando se quer entender esta realidade desde o ponto de vista dos próprios trabalhadores do campo e suas organizações. Talvez seja por isso que começa a acontecer uma disputa do conceito por diferentes grupos, até mesmo pelos representantes do polo do capital

(empresários do agronegócio e seus intelectuais orgânicos, governos,...), que tentam hoje associar esse nome a uma visão “modernizada” da “educação rural”, historicamente associada ao atraso do latifúndio. (CALDART, 2015).

Se a escola não se identifica com a realidade do campo e as políticas educacionais não favorecem o acesso e permanência de crianças e jovens à educação, para quem e para quê é feita a educação dos sistemas educacionais? Nesse contexto, o jovem agricultor do Semiárido não enxerga perspectiva econômica-social e não vislumbra seu desenvolvimento cultural em seu meio. Daí a necessidade da Educação do Campo. Daí a necessidade de projetos como este.

CONCLUSÃO

A formação de jovens realizada neste curso tem intencionalidade específica. Foi previamente construída pensando-se nos sujeitos jovens do campo, considerando para quem e para quê a educação estaria a serviço. Por isso, trata do empoderamento pelos educandos, suas famílias e comunidades, na medida do possível, de técnicas e tecnologias produtivas, à luz de reflexões críticas de suas realidades, da conjuntura nacional e, até, internacional. Visam o aumento da produtividade do seu trabalho, respeitando o meio ambiente, em especial do Semiárido Paraibano, e valorizando a cultura do campo. O conteúdo trabalhado por este curso e a metodologia utilizada têm contribuído para um processo educativo de forte influência social, política e cultural entre os jovens que, além de inverter a lógica de emigrar do campo, têm elaborado novos conhecimentos e ajudado a promoverem suas próprias condições para viverem bem no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGNAMI, João Batista. *Instrumentos Pedagógicos da Alternância*. Disponível em <http://unefab.org.br/home/eixostema.htm>. UNEFAB: s/d.

CALDART, Roseli Salette. *Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual*. MST, Setor de Educação, Julho 2015. (mimeo).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). *Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação*. Brasília: Incra; MDA, 2008. Vol. 7 (NEAD Especial)

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: CALDART, Roseli e outros (orgs.) *Caminhos para a transformação da escola 2 – Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

IBGE/PNAD - *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2006.
<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadtic.asp>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resultado IDEB para 8º e 9º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas na Paraíba, 2013 e 2015*. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/>

_____. *Data Escola Brasil*, 2014. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil>

MEDEIROS, Salomão de Sousa e outro. *Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro*. Campina Grande: Editora do INSA, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

